

ATA DA TRINCENTÉSIMA OCTAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM.

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, realizou-se a tricentésima octogésima oitava reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, no auditório da Companhia de Engenharia Rural do Estado da Bahia – CERB, com horário previsto para às oito horas e trinta minutos. A reunião foi conduzida pela Sras. Marcia Telles, diretora geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA e presidente em exercício deste Conselho e Mariana Mascarenhas, secretária executiva dos Colegiados Ambientais, representante da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e demais membros integrantes, conforme listados na última página desta ata. Constaram em pauta os itens: apreciação da Ata da 387ª reunião ordinária de 20.05.2106; apresentação dos processos apreciados na 13ª e 14ª reunião da Câmara Técnica Recursal de 06.05 e 10.06.2016, respectivamente; informes; encaminhamento do Processo nº 2011-015414/TEC/LLA-L0046 Mangaba – cultivo de coco (Ponta dos Castelhanos); o que ocorrer; apresentação da minuta do Projeto de Lei da Política Estadual de Agroecologia, pelo superintendente de Desenvolvimento Rural, Sr. José Tozato; apresentação da minuta do Projeto de Lei da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica; apresentação do material audiovisual “*As verdadeiras razões das mudanças climáticas*”, Sr. Luís Galvão – conselheiro do CEPRAM. A presidente em exercício, Sra. Marcia Telles convidou o Sr. José Tozato, para apresentar a minuta do Projeto de Lei da Política Estadual de Agroecologia, considerando que, naquele momento ainda não havia quórum suficiente, enquanto os demais membros fossem chegando. O Sr. José Tozato passou a apresentar a minuta do Projeto de Lei, registrando que essa foi uma proposta de construção do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural a partir de uma Política Nacional de produção orgânica e será apresentada futuramente a Assembleia Legislativa. Falou como se deu o processo de construção dessa proposta que envolveu vários órgãos e secretarias. Fez a leitura do texto dessa minuta e breves comentários sobre os desafios da transição e do processo de produção; citou uma série de conceitos que foram aprofundados e utilizados para essa proposta; apresentou as diretrizes propostas que deverão ser aprimoradas durante o processo de consulta. Destacou que o texto está disponível no site e existe um aplicativo em que todo e qualquer cidadão poderá propor supressão, adição, modificação ou de substituição. Ressaltou que uma das diretrizes importante seria a contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam auto-organização, empoderamento e autonomia econômica e política das mulheres. Destacou, também, a crise hídrica que afeta a região da mata atlântica no Estado da Bahia. Comentou que, após aprovação desse Projeto de Lei as atividades concretas e executivas serão realizadas a partir de uma outra construção com objetivo de promover e assegurar a participação da sociedade na elaboração, no monitoramento e acompanhamento do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Falou sobre alguns elementos que deverão ser abordados no plano, visando contemplar uma série de ações,

tais como: agricultura familiar, agroecologia, produtos da sociobiodiversidade, produção de base agroecológica, transição agroecológica, economia solidária, serviços ambientais, agrobiodiversidade, dentre outros. Destacou a importância da certificação orgânica ou agroecologia que garante por escrito de que uma produção ou um processo identificado foi metodicamente avaliado em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes. Falou sobre as instâncias de gestão da política, considerando a existência de um Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável que abrange um conjunto de forças políticas, no qual propõe que a instância decisória dessa política se dê nesse Conselho, a Comissão Interinstitucional de Agroecologia e Produção Orgânica e a parte mais executiva ficaria sob a competência da Câmara Técnica de Agroecologia e Educação Ambiental existente. Registrou que existem alguns segmentos pleiteando um diálogo direto sobre o assunto em questão, mas que tenha relevância nesse processo. Informou que a consulta eletrônica foi iniciada naquela semana. Sugeriu que o Conselho se manifestassem de forma coletiva ou contribuísse através do aplicativo apresentado; passou algumas orientações para efeito de uso. Após essa apresentação os conselheiros se manifestaram. Daniel Barreto fez comentários sobre a utilização de pulverização aérea de agrotóxicos que retira a possibilidade desse tipo de produção no Oeste da Bahia onde a agricultura familiar poderia ser melhor beneficiada; questionou se o plano prevê uma proibição geral para esse tipo de aplicação; perguntou como seria a composição do Conselho bem como da Câmara Técnica e qual a competência. José Tozato respondeu que não existia uma proposta de proibição para uso de agrotóxico. Enfatizou que essa proposta estaria voltada para o incentivo à produção agroecológica orgânica. Em relação a composição, o Conselho é soberano e quem toma as decisões é o plenário. A Câmara Técnica terá a função de trabalhar as propostas de diretrizes para tomada de decisão do Conselho com a participação de todos os órgãos públicos que tem interface com agroecologia e propõe que os mesmos números de órgãos público também tenham representação da sociedade civil. João Lopes comentou sobre o fator complicador que seria a obtenção da Certificação que depende de uma boa estruturação. José Tozato ressaltou que deve se difundir a produção de produtos orgânicos, para que outros possam fazer; disse que a Bahia tem destaque nacional e internacional na produção orgânica de café. Colocou que a Legislação Brasileira permite a Certificação participativa. Informou que na semana seguinte teria uma Auditoria do Ministério da Agricultura na primeira OPAC do Estado da Bahia da rede povos da Mata Atlântica. Disse que existem consultores que vão trabalhar 04 propostas de construção de organizações participativas. Pedro Rocha perguntou, qual instrumento possibilitará a efetivação desse plano. José Tozato respondeu que o primeiro passo seria utilizar os instrumentos existentes, a principal diretriz do plano de formação para os técnicos é no campo da agroecologia, modernização de matrizes curriculares das ciências agrárias; destacou que a Rede Baiana de Ensino e Pesquisas para o Desenvolvimento Rural, com representações de várias universidades já estariam se debruçando sobre isso, pretendem lançar um Edital integrado de ensino, pesquisa e extensão da FAPESB; citou que, para

atingir a finalidade e as diretrizes desta Lei estava previsto a criação de linhas de crédito especial, financiamento por meio de editais públicos, projetos de agroecologia e de produção orgânica, de Organizações Não Governamentais, cooperativas e associações, e empreendimentos de economia solidária, dentro outros. Pedro Rocha comentou sobre os instrumentos operacionais, para que possa criar obrigatoriedade mínima de recursos. Melquiades parabenizou e agradeceu a Jose Tozato pelo empenho perante todas as lutas na defesa do meio ambiente. Wilson Andrade lembrou a possibilidade de inclusão dessa atividade na linha de crédito no plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC) bem disseminada. Foi sugerido o encaminhamento de uma proposta coletiva do CEPRAM. A Sra. Mariana Mascarenhas registrou que as contribuições serão encaminhadas a CTPPDS para análise e consolidação. A Sra. Márcia Telles registrou que já havia quórum prosseguindo com a pauta, passou ao item apreciação da ata, após consultar o plenário a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Sra. Mariana Mascarenhas passou a apresentar os processos apreciados na Câmara Técnica Recursal para votação sob rito sumário e manifestação de destaque. **Processo nº 2004-000105/TEC/AIMU-0010 – Válvulas Nadvic do Brasil Ltda**, auto de infração de multa de R\$ 30.000,00 no município de Simões Filho por degradação em APP, com supressão de remanescentes de mata atlântica e aterramento de lagoa natural, quando da atividade de terraplenagem do local do empreendimento. Do pedido de anulação do auto de infração de multa, conselheiro relator Daniel Barreto. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-000102/TEC/AIMU-0004 - RESERVA PARADISO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**, Auto de Infração de Multa no Município de Camaçari, no valor de R\$ 100.000,00 por executar obra de implantação do loteamento Paradiso Laguna - localizado no Km 20 da Rodovia BA-099 no Município de Camaçari, dentro dos limites da APA do Rio Capivara, em desacordo com o que foi aprovado na Licença Ambiental, publicada na Portaria CRA Nº 7243, no Diário Oficial do Estado da Bahia de 09/08/2006, implicando em degradação em área de preservação permanente da Lagoa Grande. Do pedido: Anulação do Auto de Infração de Multa ou Redução com Celebração de Termo de Compromisso, conselheiro relator Pedro Diamantino. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-001921/TEC/AIMU-0060 - AMÔNIA LTDA**, Auto de Infração de Multa no Município de Simões Filho, no valor de R\$ 3.000,00 por operar o empreendimento sem a licença ambiental pertinente. Do pedido: Conversão da Multa, conselheira relatora Débora Coelho. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-016968/TEC/AIMU-0652 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NILO PECANHA**, Auto de Infração de Multa Município de Nilo Peçanha no valor R\$ 10.000,01 por não recuperar a área degradada pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, inobservando preceitos estabelecidos pela legislação de controle ambiental. A infração foi constatada no antigo lixão localizado na margem direita da rodovia BA-884, sentido Nilo Peçanha – Cairu. Do pedido: Redução da Multa em 90% e celebração de Termo de Compromisso, conselheiro relator Pedro Diamantino. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade com celebração de

termo de compromisso. **Processo nº 2008-010841/TEC/AIMU-0757 - TREVO DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA**, Auto de Infração de Multa no Município: Camaçari no valor de R\$ 7.000,00 por estar operando sem Licença Ambiental. Do pedido: Anulação da Multa ou Redução para o valor de R\$ 5.000,00, conselheira relatora Mariana Vidal. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2008-013129/TEC/AIMU-0913 - COMERCIAL DE ALIMENTOS CLEVAL LTDA**, Auto de Infração de Multa no Município de Miguel Calmon no valor de R\$ 2.000,00 por efetuar desmatamento e uso do fogo em uma área de 3 (três) hectares sem a necessária autorização do órgão ambiental competente. Do pedido: Anulação da Multa ou Redução ou Conversão em Advertência, conselheira relatora Lucidalva Rodrigues. A Câmara Técnica decidiu pelo cancelamento do auto de infração de multa. **Processo nº 2005-006565/TEC/AIAD-0462 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO**, Auto de Infração de Advertência no Município Mulungu do Morro por dispor os resíduos sólidos urbanos de forma inadequada. Do pedido: Anulação da Advertência, conselheira relatora: Lucidalva Rodrigues. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2008-006765/TEC/AIAD-0340 - CERÂMICA COQUEIRO LTDA**, Auto de Infração de Advertência no Município de Cruz das Almas por desenvolver atividade de Fabricação Artigos de barro cozido (blocos Cerâmicos) sem a necessária licença ambiental. Do pedido: Anulação da Advertência, conselheiro relator Daniel Barreto. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2009-036007/TEC/AIAD-0390 - BENTO CAIRES NETO**, Auto de Infração de Advertência no Município de Ibicoara por exercer atividade de corte raso de árvores nativas do Bioma Cerrado e Transição de Mata Atlântica para fins comerciais de venda de lenha ou tora sem a devida autorização de autoridade competente em desacordo a legislação ambiental em vigor. Do pedido: Anulação da Advertência, conselheira relatora Lucidalva Rodrigues. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-006174/TEC/AIAD-0069 - J LIMA DE OLIVEIRA SOBRINHO E CIA LTDA**, Auto de Infração de Advertência no Município de Condeúba por não possuir a devida Licença Ambiental para realizar as suas atividades. Do pedido: Anulação da Advertência, conselheira relatora Leila Oliveira. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-016679/TEC/AIAD-0211 - DERCIO BOSA**, Auto de Infração de Advertência no Município de Barreiras por desenvolver atividade de agricultura de sequeiro, potencialmente poluidor ou utilizador de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou em desacordo com a obtida, contrariando as normas e regulamentos em vigor. Do pedido: Anulação da Advertência, conselheiro relator Daniel Melo. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2008-011957/TEC/AIEM-0045 Rn 29.07.16 - R. CARVALHO CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, Auto de Infração de Embargo Temporário no Município de Feira de Santana por iniciar obras de implantação do condomínio Residencial Solar Vile sem a necessária licença ambiental, bem como a intervenção em área sobre proteção legal (APA do Lago de Pedra do Cavalo). Do pedido: Anulação do Embargo Temporário

com celebração de Termo de Compromisso, conselheira relatora Mariana Vidal. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção do Embargo com retorno do processo ao INEMA. **Processo nº 2009-014210/TEC/AIMU-0256 - ARMANDO RODRIGUES GOMES**, Auto de Infração de Multa no Município de Itabela no Valor de R\$ 3.000,00 por descumprimento do Auto de Infração de Advertência nº 2007-006504/TEC/AIAD-0343. Do pedido: Anulação do Auto de Multa, conselheira relatora Lucidalva Rodrigues. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2008-019529/TEC/AIAD-0936 - MIGUEL PAULO RODRIGUES DA SILVA**, Auto de Infração de Advertência no Município de Cairu por estar vendendo lotes, em loteamento sem licença ambiental do órgão competente. Do pedido: Nulidade do Auto de Infração de Advertência, conselheira relatora Lucidalva Rodrigues. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-003089/TEC/AIIN-0046 - EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS**, Auto de Infração de Interdição Temporária no Município de Morro do Chapéu por realizar atividade de extração de areia com fins comerciais realizada por terceiros em área correspondente a 4,00 ha (quatro hectares), de sua propriedade, sem licença do órgão competente, devendo a atividade ser paralisada até sua regularização ambiental. Do pedido: Nulidade do Auto de Infração de Interdição Temporária, conselheira relatora Mariana Vidal. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-015430/TEC/AIIN-0192 - CLEOVA OLIVEIRA BARRETO**, Auto de Infração de Interdição Temporária no Município de Morro do Chapéu por supressão de vegetação nativa sem autorização legal, realizada pelo supracitado. Tendo uma área danificada de 12 ha (doze hectares). Do pedido: Anulação do Auto de Infração de Interdição Temporária, conselheiro relator Daniel Barreto. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-006935/TEC/AIAD-0075 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES**, Auto de Infração de Advertência no Município de Tancredo Neves por explorar jazida de cascalho sem as devidas anuências: anuência do DNPM e licença ambiental. Do pedido: Anulação do Auto de Infração de Advertência, conselheiro relator Sérgio Bastos. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2001-004121/TEC/AIAD-1425 - AUTO PEÇAS TEIXEIRA LTDA**, Auto de Infração de Advertência no Município de Feira de Santana, por estar comercializando baterias automotivas no endereço acima citado em desacordo com a legislação ambiental, devendo em 10 (dez) dias apresentar ao CRA em Salvador o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das baterias usadas conforme a Resolução Conama N° 257, de 30/06/99, e colocar em local visível, cartaz do fabricante com informações sobre os riscos à saúde humana e meio ambiente; estar operando uma oficina mecânica sem sistema de proteção contra poluição dos efluentes líquidos, devendo em 10 (dez) dias implantar uma caixa separadora água óleo na rede de drenagem e recolher imediato e adequadamente o óleo de motor e caixa de marchas usado, destinando a empresas credenciadas para a reciclagem do mesmo, conforme a Resolução Conama N° 009, de 31/08/1993 e Portaria ANP N° 125 de 30/07/1999. Do pedido: Anulação do Auto de Infração de Advertência, conselheiro relator Sergio Bastos. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da Penalidade.

Processo nº 2008-002396/TEC/AIAD-0136 - EMBASA, Auto de Infração de advertência no Município de Madre de Deus por lançamento de esgoto sem tratamento em APP. Deve apresentar solução técnica apropriada para os esgotos sanitários dos bairros Suape e Cação devendo ser coletados, tratados e receber disposição final adequada, de forma a evitar que causem danos à saúde pública e efetiva poluição e degradação ambiental. Do pedido: Anulação do Auto de Infração de Advertência, conselheiro relator Sergio Bastos. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-012667/TEC/AIMU-0454 - CASTRO E SILVA TRANSPORTES LTDA**, Auto de Infração de Multa no Município de Feira de Santana, no valor de R\$ 2.000,00, por exercer a atividade de transporte de produtos perigosos sem a necessária Licença Ambiental. Do pedido: Anulação do Auto de Multa, conselheiro relator Agnaldo Monteiro. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-005069/TEC/AIMU-0151 - IPC DO NORDESTE LTDA**, Auto de Infração de Multa Município de Camaçari, no valor de R\$ 2.010,00, por não cumprimento do Condicionante I da Portaria CRA 6585 que concedeu ao empreendimento a Licença de Operação. “Apresentar o Relatório Técnico de Garantia Ambiental -RTGA...” Do pedido: Anulação do Auto de Multa ou Conversão em Advertência ou Redução da Multa, conselheiro relator Daniel Barreto. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-021078/TEC/AIIN-0298 - JOSE RENATO RIBEIRO PIEVEZAN**, Auto de Infração de Interdição Temporária no Município de Ourorândia, por exercer extração de rocha (mármore), sem a devida Licença Ambiental. Do pedido: Anulação do Auto de Interdição Temporária com Celebração de Termo de Compromisso, conselheira relatora Mariana Vidal. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade com possibilidade de celebração de TC. **Processo nº 2010-022428/TEC/AIAD-0334 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA**, Auto de Infração de Advertência no Município de Salinas da Margarida, por não atendimento a notificação Nº 2009-017437/TEC/NOT-1682, “lançamento de esgoto sanitário em desacordo com a legislação” Do pedido: Anulação do Auto de Advertência, conselheira relatora Leila Oliveira. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-017187/TEC/AIMU-0656 - FOFEX INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA.**, no Município de Santo Amaro da Purificação, no valor de R\$ 10.000,00 por executar atividades de produção de papel sem a devida licença ambiental requerida pelo órgão competente. Do pedido: Anulação do Auto de Multa ou Conversão em Advertência ou Redução da Multa, conselheira relatora Lucidalva Rodrigues. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. Por fim, não foi manifestado nenhum destaque aos processos apresentados ficando mantida a decisão da Câmara Técnica Recursal. A Sra. Mariana Mascarenhas registrou que o **Processo nº 2008-000811/TEC/AIMU-0066 - KNT -1 AGROINDUSTRIAL LTDA**, Município de Ibicoara no valor de R\$ 20.000,00, por descumprir os condicionantes I, II, III, IV, V e VII da licença ambiental concedida através da Portaria nº 8487 de 31 de julho de 2007. Do pedido: Anulação do Auto de Infração ou Conversão da Multa ao mínimo de R\$ 500,00 ou celebração de Termo de Compromisso com redução do valor da multa em 90%. A Sra. Mariana Mascarenhas registrou e fez a leitura do

encaminhamento desse processo destacando que, na época da análise, o conselheiro relator Daniel Barreto opinou pelo indeferimento do recurso, considerando o opinativo constante no parecer da PROJUR referente ao não provimento do recurso em virtude da ausência da procuração constituindo legalmente a defesa do autuado. Considerando a falta da análise do mérito do recurso, o pedido de reconsideração a decisão por parte dos advogados da empresa. A presidência do Conselho foi favorável a reconsideração do recurso e encaminhou o pleito para posicionamento da PROJUR que emitiu parecer recomendando o retorno do processo a plenária do CEPRAM para opinativo referente ao pedido de reconsideração, o que levaria consequentemente a Revogação da Resolução 4.364/2014 e retorno do processo à Câmara Técnica Recursal do CEPRAM, para análise objetiva do mérito do recurso administrativo relacionado ao auto de infração de multa. O Sr. Luiz Vitor disse que era contra a apreciação novamente pela Câmara Técnica. A Sra. Leila Oliveira endossou que o pleito era para discussão do mérito. Em seguida, Mariana Mascarenhas colocou em votação. Doze conselheiros foram favoráveis ao retorno do processo à Câmara Técnica para análise do mérito. Seis conselheiros foram contrários ao retorno e dois conselheiros se abstiveram. Dando continuidade à pauta, a Sra. Mariana Mascarenhas colocou o encaminhamento do **Processo nº 2011-015414/TEC/LLA-L0046 Mangaba – Cultivo de Coco (Ponta dos Castelhanos)**. Explicou que esse processo foi avocado em 2015, pelo Conselho. Após análise técnica do INEMA em janeiro de 2016, foi encaminhado a SECEX que colocou disponível para análise do CEPRAM. Contudo, até aquela reunião, não houve nenhuma manifestação, por isso será devolvido ao INEMA para dar continuidade ao processo de licenciamento. Em seguida, falou sobre a indicação de representante do CEPRAM para participar do Seminário Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, nos dias 15 a 16 de setembro. Os conselheiros: Miguel Accioly e Leila Oliveira manifestaram interesse. A Sra. Mariana passou a palavra a Sra. Michele representante do IBAMA que fez colocações sobre as mudanças de gestão e substituição de cargos dentro da instituição, a qual representa também este Conselho, se referindo a nomeação inadequada de um representante para assumir superintendência do órgão. Ressaltou que, em virtude da mobilização por parte dos servidores, com apoio dos Ministério Público Federal, a situação foi revertida. Fez a entrega de um comunicado referente ao Dia Nacional de Luta pelo Meio Ambiente a ser realizado no dia 10 de agosto. O Sr. Daniel Barreto registrou que o Conselho das Entidades Socioambientais da Bahia – COESA estaria se mobilizando para lançar uma nota em repúdio a essa nomeação no Estado da Bahia, mas não foi necessário, contudo ratificava o apoio das entidades socioambientais. Passou a apresentação do material audiovisual "*As Verdadeiras razões das Mudanças Climáticas*" por Luis Galvão que registrou ser membro da Rede Clima da Confederação Nacional da Indústria se considera uma voz isolada dentro dessa rede, é geólogo de formação, com vasta experiência de mapeamento, trabalhou na Amazônia durante seis anos, no Nordeste, está sediado na Bahia, é empresário, abandonou a pesquisa de rocha, colocou o cifrão em cima da rocha e naturalmente sobrevive disso. Disse que existe uma unanimidade de

opiniões a respeito de alterações climáticas provocadas pelo homem. Registrou que era membro da Rede Clima da Confederação Nacional da Indústria, se considerava uma voz isolada dentro dessa rede, é geólogo de formação com vasta experiência de mapeamento, trabalhou na Amazônia durante seis anos, no Nordeste, está sediado na Bahia, é empresário, abandonou a pesquisa de rocha, colocou o cifrão em cima da rocha e naturalmente sobrevive disso. Declarou que seria apresentada uma visão matemática que envolve a física cinemática orbital, de forma a ter uma outra visão do que corresponde as mudanças climáticas. Falou sobre a evolução e modificação do sistema. Destacou que a terra registra a história da vida, seja na geologia, na paleontologia, até o surgimento dos primeiros seres vivos. Mostrou de forma ilustrada como se deu as extinções em massa. Falou sobre os resultados dos impactos dos asteróides, os mecanismos de placa tectônica: cordilheira central atlântica e outros modelos dos choques dessas placas que determina os movimentos de cordilheiras e outros. Citou os vários vulcões em lugares diferentes. Comparação da distribuição das áreas no planeta, oceanos, continentes e florestas tropicais, são ocupadas apenas 7% de toda área terrestre. Registrou a composição da atmosfera: 71% de nitrogênio, 28% de oxigênio e 1% dos demais gases. O principal componente do efeito estufa: vapor d'água 70%, nuvens 20% e gases na atmosfera 10%, a concentração de CO₂ é de 360 ppm transformada em percentual dá 0,036 é o significado do CO₂ responsável pelo efeito estufa. Passou um vídeo intitulado "a verdade ignorada" após disse que o Climatologista enxerga somente da superfície para cima, mas nunca fez correlação com o ponto quente que existe nessa área. O aquecimento da água do pacífico é de origem vulcânica. Em sua opinião, quando se estuda a natureza ver-se somente uma parte, por isso que chama meio ambiente por não ser pesquisado por inteiro. A terra verde estaria voltando a ter a vegetação de áreas. Mostrou o tamanho comparativo da terra em relação ao sol. Passou um vídeo sobre os ciclos da ordem da terra e deu algumas explicações. Disse que a cada ano a posição da terra em relação ao sol e ao espaço se modifica, exemplificou que, na data de 29 de julho correspondia ao dia 15 de agosto de 2016, com isso se constatava as mudanças climáticas. Um grande fator do clima no planeta são as correntes marinhas, sendo que 70% dessa superfície é água. Falou de como funciona o órgão IPCC. Disse que, atualmente já se trabalha por uma governança do planeta terra. Falou sobre as principais conclusões do IPCC. Apresentou várias matérias veiculadas ao longo desses anos sobre as emissões de CO₂. A apresentação foi finalizada e a Sra. Mariana Mascarenhas agradeceu e abriu espaço para discussões. O Sr. Roberto Celestino parabenizou o Sr. Luis Galvão pela exposição do assunto, solicitou que a Secex encaminhasse o material dessa apresentação aos membros deste conselho. Comentou que existe uma polarização muito grande sobre o IPCC; considerava uma reflexão do assunto para aprofundamento. O Sr. Café fez algumas observações e ressaltou que a terra obedece a uma série de processos naturais cabendo cada vez mais o ser humano se aprofundar. Enfatizou que a questão ambiental é realmente científica e técnica e não partidária. Por fim, o Sr. Luis Galvão encerrou informando que, consta na internet, uma empresa Americana que

376 propõe produzir carvão, derivados de CO₂ para vender os próprios produtos. A
377 Sra. Mariana Mascarenhas informou que lista de habilitados do CEPRAM já
378 está disponível e encontra-se na fase de recurso. Sem mais nada a tratar em
379 pauta, a presente reunião foi encerrada e a ata após aprovada será assinada
380 pelo presidente e secretária executiva deste Conselho. Salvador, 29 de julho de
381 2016.

382 **Membros presentes:**

383 Márcia Telles – presidente em exercício
384 Mariana Mascarenhas – secretária executiva
385 Arnor de Oliveira Fernandes Júnior - Abes
386 Regina Meirelles – SEINFRA
387 Beatriz Pitta – SDE
388 Pedro Rocha – SEPLAN
389 Sergio Tolmich – SEDUR
390 Hildécio Meireles Filho – ALBA
391 Michelle Borba – IBAMA
392 Luis Galvão – SINDBRITA
393 Luiz Carlos Café – ACB
394 José Roberto Celestino – SINAENCO
395 Roberto Ibrahim – CRA-BA
396 Leila Márcia Oliveira – SINDICATO DE CAMACAN
397 Lidervan Moraes – ABAPA
398 Evilasio Fraga – SINDICATO. PROD. RURAIS IBICOARA
399 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
400 Miguel Accioly – UFBA
401 Melquiades Oliveira – CEEDES
402 Luiz Marsala – IDEIA
403 Daniel Barreto – GERMEN
404 Lucidalva Nogueira – PRISMA
405 Osvaldina Rocha dos Santos – ASSOCIAÇÃO FLORA BRASIL